

## OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO ATENDIMENTO A PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS NA ESCOLA MULTICAMPI DE CIÊNCIAS MÉDICAS DO RN

Francisco Emanuel Soares Gomes <sup>1</sup>

### RESUMO

A Escola Multicampi de Ciências Médicas do RN (EMCM-UFRN) conta com um Grupo de Trabalho para Acessibilidade (GTA) formado por uma equipe de servidores da instituição que presta atendimento aos estudantes e servidores com deficiência e outras necessidades educacionais específicas. Nossa atuação às demandas apresentadas ocorre em parceria com a Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais da UFRN (CAENE/UFRN). O objetivo desse trabalho é compartilhar a experiência de formação e implementação desses Grupos no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e suas unidades acadêmicas, iniciativa alinhada a construção de nossa Política Institucional de Inclusão e Acessibilidade. Os resultados esperados são consoantes com a metodologia de trabalho empregada, a qual tem potencial para ser resolutiva e eficaz naquilo a que se propõe: garantir que demandas de estudantes e servidores com deficiência sejam acolhidas por profissionais de diversas áreas e setores de trabalho que se interligam numa instituição.

**Palavras-chave:** Acessibilidade, Políticas Institucionais, Pessoas com deficiência, Ensino Superior, Grupo de Trabalho para Acessibilidade (GTA).

### INTRODUÇÃO

Como desdobramento de movimentos sociais e da implementação de uma legislação internacional favorável à questão da inclusão social das pessoas com deficiência, políticas públicas brasileiras e ações promotoras da garantia dos direitos dessa população têm sido implementadas a fim de assegurar o pleno exercício da cidadania dessas pessoas.

Como reflexo disso, houve nos últimos anos o aumento do número de ingresso de estudantes com deficiência no Ensino Superior, assim como de servidores concursados para trabalhar na universidade.

Ao analisarem essa realidade, alguns autores afirmam que “é necessário que haja política de acessibilidade consistente e afirmativa, com a finalidade de promover condições de

---

<sup>1</sup> Psicólogo clínico da Escola Multicampi de Ciências Médicas do RN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - EMCM/UFRN, [emanuel.gomespsi@hotmail.com](mailto:emanuel.gomespsi@hotmail.com)

acesso e permanência de estudantes com deficiência no ensino superior” (JUNIOR; FERNANDES, 2016, p.79).

Portanto, esse novo cenário instigante e desafiador, trouxe consigo a necessidade de discutirmos e efetivamente colocarmos em prática ações e estratégias que tenham como intuito principal a inclusão educacional e laboral dessas pessoas.

A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) ao utilizar a expressão “pessoa com necessidades educacionais especiais” amplia e estende a concepção de Educação Especial, pois considera que as pessoas têm necessidades específicas decorrentes de suas características de aprendizagem.

Considerando essa linha de pensamento, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte está em fase de elaboração e implementação de sua Política de Inclusão e Acessibilidade para as pessoas com deficiência. No entanto, a UFRN já possui comissões, ações, projetos e programas que têm por objetivo a inserção e a oferta de condições indispensáveis à permanência de estudantes e servidores com deficiência e outras Necessidades Educacionais Específicas (NEE) na universidade.

Sendo assim, a criação dessa Política, em consonância com outras legislações já em vigor no nosso País, tem em vista a organização e o aperfeiçoamento de nossas práticas institucionais voltadas para as pessoas com deficiência.

Nesse sentido, a Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais da UFRN (CAENE/UFRN - criada em 2010 por meio da Portaria nº 203/10-R), ao longo do segundo semestre de 2018, capacitou por meio de encontros, discussões, reuniões e oficinas os profissionais de Unidades acadêmicas do campus central (localizado em Natal/RN) e do interior do RN que trabalham com o atendimento e o apoio ao discente, dentre essas Unidades encontra-se a Escola Multicampi de Ciências Médicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (EMCM-UFRN). A EMCM-UFRN situa-se na cidade de Caicó/RN, na região Seridó do estado. A Unidade foi instalada em 2014 e realiza atividades em diferentes cidades e cenários de práticas com o objetivo de inserir os estudantes nos serviços da rede pública de saúde desde o seu ingresso na graduação.

De acordo com o Documento Subsidiário à Política de Inclusão, do Ministério da Educação, lançado em 2005:

“A criação de uma rede intersetorial e interdisciplinar de apoio à implementação da política de educação inclusiva e da política de saúde da pessoa com deficiência se viabiliza por meio de estratégias promotoras de saúde e educação, objetivando o atendimento a diversidade social e a atenção às necessidades educacionais especiais dos alunos.” (BRASIL, 2005, p.46).

Foi com esse intuito que a partir da parceria com a CAENE e da reformulação da sua forma de trabalhar para melhor atender às demandas que estavam se apresentando, foram criadas Redes de Apoio que funcionam através dos chamados Grupos de Trabalho para Acessibilidade (GTA). Esses, são grupos formados por profissionais de diversas áreas do conhecimento (pedagogos, psicólogos, médicos, coordenadores do Curso, diretores, estudantes com deficiência, e outros conforme o contexto de cada Unidade) que se propõem a acolher e a atender as demandas de estudantes e servidores com deficiência em suas respectivas Unidades. Os casos são discutidos pelos componentes do GTA e soluções são pensadas conjuntamente. Nos casos em que tais demandas não são possíveis de serem atendidas ou solucionadas na respectiva Unidade, encaminhamentos são feitos à CAENE, nos casos de discentes, e à Pró-reitoria de Gestão de pessoas (PROGESP), nos casos de servidores.

A EMCM conta, hoje, com um desses Grupos de Trabalho para Acessibilidade (GTA). Esse grupo é formado por uma equipe de servidores da instituição (psicólogo, pedagogo, coordenadores da graduação e pós-graduação, diretor e outros) que presta atendimento aos estudantes com deficiência e outras necessidades educacionais específicas. E, como dito, nossa atuação ocorre em parceria com a CAENE/UFRN.

Ofertamos de maneira sistematizada ao nosso corpo discente, docente, técnico-administrativo e aos profissionais terceirizados oficinas de orientação e esclarecimentos sobre pessoas com deficiência, como se comportar, como oferecer ajuda, dentre outros temas importantes ao convívio com tais pessoas, na tentativa de erradicar as diversas formas de preconceito e discriminação vividas por elas nos mais diferentes contextos e situações.

Além disso, palestras sobre a temática são realizadas pela EMCM e têm como público-alvo os estudantes recém-ingressos na instituição. Os momentos de reflexão e discussão acontecem na primeira semana de aula e visam chamar a atenção para a importância do tema, já que temos em nosso quadro de servidores e alunos pessoas com deficiência e prezamos pelo respeito à pessoa humana, independente de ela apresentar uma deficiência ou não.

Uma disciplina eletiva de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) também foi uma das ações da EMCM realizadas no ano passado em prol da capacitação de profissionais da área da saúde para o atendimento a pessoas com deficiência, já que na Unidade funciona um Curso de Medicina no qual os estudantes são inseridos nos serviços de saúde desde o primeiro semestre da graduação. Podendo, portanto, depararem-se com pacientes surdos. A disciplina teve inscrições abertas para toda a comunidade EMCM. A adesão foi baixa, porém a oferta de

ações que promovam a formação continuada precisa existir. E os fatores que levaram à baixa adesão precisam ser investigados.

Após o acesso ao Ensino Superior mediante processo classificatório adaptado às suas singularidades, novas necessidades se apresentam no contexto acadêmico, sobretudo no que se refere às condições de permanência das pessoas com deficiência. Dentre essas necessidades, podemos citar aquelas relativas à adequação dos espaços de ensino e aprendizagem (GARCIA, BACARIN; LEONARDO, 2018).

Nessa direção, outras ações implementadas pela EMCM ao longo do primeiro semestre de 2019 dizem respeito a visita técnica de profissionais da UFRN aos ambientes técnico-científicos-didáticos da EMCM, como laboratórios, salas de aula e auditórios, além de banheiros e ambientes de convivência da instituição. A visita teve a finalidade de observar as necessidades de adequação desses espaços para a acessibilidade, evitando, dessa forma, que estudantes e servidores sejam expostos a situações vexatórias por não conseguirem acessar o local da atividade planejada e assim, não realizarem a atividade acadêmica pretendida, seja estudante ou docente. O uso de mobiliário adaptado para uma estudante com deficiência também foi uma das medidas tomadas pela EMCM a fim de garantir melhores condições de aprendizagem no ambiente acadêmico, considerando as suas necessidades.

O prédio em que a EMCM funciona é alugado e, recentemente, precisou passar por alguns ajustes, como a sinalização, por exemplo, para que as pessoas com deficiência possam se locomover com segurança, sejam elas estudantes, servidores ou outras pessoas externas à instituição que precisem ter acesso ao prédio.

Diante do exposto até aqui, pode-se afirmar que esse trabalho justifica-se pela relevância da discussão sobre o tema na contemporaneidade. Além disso, também se justifica pelo fato de ser imprescindível discutir e refletir sobre o atendimento a estudantes e servidores com deficiência e outras NEE na universidade; com vistas a estabelecer estratégias que promovam e possibilitem o sucesso do aluno com NEE na EMCM-UFRN.

Portanto, o objetivo desse trabalho é compartilhar a experiência de uma metodologia de trabalho e de atendimento ao público com deficiência (o GTA) que tem muito potencial para ser resolutiva e eficaz naquilo a que se propõe: garantir que demandas de estudantes e servidores com deficiência sejam acolhidas por profissionais de diversas áreas e setores de trabalho que se interligam numa instituição.

## METODOLOGIA

A metodologia desse trabalho é descritiva, tendo em vista que visa o compartilhamento de uma experiência que está sendo colocada em prática no âmbito acadêmico da UFRN: a formação de uma rede de apoio baseada em Grupos de Trabalho para Acessibilidade (GTA). A descrição de como se organiza e de como funciona um GTA aqui feita é baseada na Minuta de elaboração da Política de Inclusão e Acessibilidade para às Pessoas com Deficiência na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2019). A forma como os Grupos de Trabalho para Acessibilidade trabalham baseia-se na Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP). Estudos de Caso também poderão ser utilizados nas discussões do GTA.

No contexto da EMCM, inicialmente, houve o convite por parte da CAENE e a adesão da direção da unidade acadêmica à proposição do novo modelo de atenção às pessoas com deficiência ou outra NEE na UFRN. Após isso, os GTAs foram formados e devidamente orientados acerca de suas atribuições e compromissos.

A metodologia de trabalho dos GTAs fundamenta-se em cinco etapas. São elas:

- 1) Proposição do contexto
- 2) Análise e clarificação do contexto
- 3) Propostas de soluções para a(s) demanda(s) do contexto
- 4) Execução, monitoramento e avaliação das ações
- 5) Socialização das experiências

Na primeira fase, as demandas de pessoas com deficiência na unidade acadêmica em questão são identificadas e todos os envolvidos na rede de apoio são convidados a pensarem sobre elas.

Na etapa seguinte, a de análise e clarificação do contexto, é tomado o conhecimento acerca da realidade na qual tais demandas se apresentam. Dessa forma, são feitas pesquisas sobre documentos ou normativas que tratem do assunto, mapeamento de estudantes e servidores com deficiência ou outra NEE, escuta das pessoas envolvidas, e averiguação das condições de acessibilidade em todas suas dimensões, dentre outros aspectos que se mostrarem importantes. A partir daí, são discutidas as possibilidades de intervenção e os encaminhamentos para cada situação.

A terceira etapa refere-se às propostas de soluções para a(s) demanda(s) do contexto. É nessa fase que o grupo deverá listar soluções em curto, médio e/ou longo prazo, considerando a natureza e a complexidade do problema discutido e analisado.

É importante destacar que essa metodologia contribui para que nessa busca conjunta por soluções os participantes do grupo interajam e relacionem conhecimentos de suas respectivas áreas, promovendo dessa forma a colaboração transdisciplinar no processo de resolução do problema.

Definidas as propostas de soluções, os componentes do grupo irão definir quem será(ão) o(s) responsável(is) pelas ações. Tal definição dependerá do perfil e do papel que o participante do GTA ocupa na universidade.

A etapa seguinte é a de execução, monitoramento e avaliação das ações. Nessa fase as ações planejadas são colocadas em prática e avaliadas sistematicamente, podendo haver ajustes e redefinição no seu processo de execução. Ainda nessa fase são monitoradas as situações educacionais e profissionais de discentes e servidores com deficiência ou outra NEE. O acompanhamento é registrado com a finalidade de (re)orientação do GTA, se for necessário, e, também com a finalidade de subsidiar o relatório das ações implementadas.

A última etapa se refere à socialização das experiências do trabalho empreendido pelo GTA. Nessa fase são discutidos os aspectos que promoveram avanços e aqueles que dificultaram o andamento do processo com vistas ao aprimoramento e fortalecimento da Política de Inclusão e Acessibilidade da UFRN. A forma como essa socialização ocorrerá será por meio de Fóruns semestrais e anuais. Semestrais nas unidades acadêmicas da Universidade, e anuais no âmbito da Universidade com a participação de todos os GTAs.

## **DESENVOLVIMENTO**

O acesso e a inclusão de pessoas com deficiência no âmbito do ensino superior passou a ganhar destaque na agenda política e nos debates universitários a partir dos anos 2000. Desde então, diversas iniciativas vem sendo adotadas e consideradas quando o assunto é a ampliação dos direitos socioeducacionais da população com deficiências (PLETSCH; MELO, 2017).

Nesse sentido, políticas de acessibilidade e de inclusão para pessoas com deficiência devem ser pensadas e desenvolvidas por cada instituição de nível superior, estabelecendo metas e compromissos pertinentes à sua realidade, articulando toda a comunidade acadêmica e avaliando suas ações, ou seja, trata-se da adoção de uma política com características próprias (SELAU; DAMIANI; COSTAS, 2017).

Pensar e avaliar as ações implementadas é de fundamenta importância, pois um estudo aponta que apesar do amparo da legislação vigente em favor dos direitos da pessoa com

deficiência, há falhas significativas na efetividade dessas ações, sobretudo no que concerne à acessibilidade arquitetônica e ao despreparo de professores para a oferta de condições importantes e imprescindíveis para que as pessoas com deficiência realizem suas atividades acadêmicas (GARCIA; BACARIN; LEONARDO, 2018). Além disso, é preciso enfatizar que a efetiva acessibilidade e inclusão dessa população não depende apenas das normativas legais, mas, também, e sobretudo, da quebra de paradigmas e preconceitos que insistem em permanecer nos espaços acadêmicos e de construção do conhecimento.

Essa observação também é feita por outros autores. Eles afirmam que apesar de a academia ser um centro de formação do saber também se configura como um ambiente segregacionista e/ou excludente por muitas vezes não respeitar as diferenças (JUNIOR; FERNANDES, 2016). Esses mesmos autores também chamam a atenção para a seguinte questão: a má formação dos profissionais da educação não contribui para que barreiras, como as atitudinais, por exemplo, sejam desconstruídas e o processo de ensino-aprendizagem aconteça de maneira qualitativa.

Nesse sentido, é preciso criar condições para que as políticas de inclusão e acessibilidade sejam efetivadas dentro dos espaços acadêmicos. E dentre as ações que merecem ênfase encontra-se a formação continuada de professores e outros atores envolvidos na Educação Superior e Especial.

Portanto, a proposição de políticas de acessibilidade e de inclusão deve considerar em suas ações que as barreiras atitudinais esbarram diretamente na sua eficácia e no sucesso de sua implementação em qualquer espaço para o qual ela esteja sendo desenvolvida.

Esse trabalho propõe essa discussão e reflexão, além de oferecer um panorama de uma estratégia desenvolvida para o atendimento de pessoas com deficiência no âmbito da UFRN e suas Unidades Acadêmicas, dentre essas, a EMCM.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados que esperamos alcançar com a implantação dos Grupos de Trabalho para Acessibilidade (GTA) na UFRN e suas unidades acadêmicas, dentre elas a EMCM, são:

Maior conscientização e envolvimento da unidade acadêmica nas questões entorno da inclusão e acessibilidade.
--

Efetiva participação e atuação dos gestores ao cumprir e fazer cumprir a legislação e a política de inclusão institucional na UFRN.
---

Mudanças conceituais e atitudinais acerca das concepções entorno da condição da deficiência e das competências e habilidades dessas pessoas.
Fortalecimento e maior integração entre os serviços de apoio voltados às pessoas com deficiência na UFRN.
Fomento de ações que tenham como foco temas relacionados à inclusão e acessibilidade no âmbito do ensino, pesquisa e extensão na UFRN;
Fomento de ações que tenham como foco temas relacionados à inclusão e acessibilidade no âmbito do ensino, pesquisa e extensão na UFRN;
Servidores (docentes e técnicos) mais capacitados/preparados para atuar frente à diversidade dos seus servidores/estudantes, principalmente daqueles com deficiência;
Melhor integração entre as áreas de conhecimento presentes na universidade, com base no trabalho colaborativo, interdisciplinar e em rede;
Articulação e parcerias intra e extra institucional firmadas para o desenvolvimento de estudos, tecnologias, produtos, entre outras ações em prol da construção de uma cultura inclusiva e acessível na universidade.

Resultados esperados. Texto da Minuta de elaboração da Política de Inclusão e Acessibilidade para às Pessoas com Deficiência na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2019). Disponível em: [https://ufrn.br/resources/documentos/consultapublica/minuta\\_politica\\_de\\_inclusao\\_e\\_acessibilidade\\_UFRN.pdf](https://ufrn.br/resources/documentos/consultapublica/minuta_politica_de_inclusao_e_acessibilidade_UFRN.pdf)

Como vemos na tabela acima, a expectativa dos resultados desse trabalho são bastante positivas no sentido de acontecer a efetiva inclusão e acessibilidade das pessoas com deficiência na UFRN.

O compartilhamento de conhecimento, vivências e compromissos por vários atores da Universidade certamente se traduzirá em concretos resultados para a implementação de uma política dessa natureza e com essas especificidades.

O envolvimento desses diversos atores tanto na construção como, sobretudo, na implementação dessa nova proposta de atendimento a essa população contribuirá de forma significativa para a superação de barreiras atitudinais, ainda muito presentes nas instituições, infelizmente.

Fazer parte desse processo de maneira ativa torna as pessoas envolvidas mais implicadas com seu fazer cotidiano em prol da inclusão e acessibilidade, gerando, por conseguinte, ações mais resolutivas para as demandas apresentadas pelas pessoas com deficiência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho demonstrou que o cenário contemporâneo sobre inclusão e acessibilidade no âmbito da Educação Superior e Especial é instigante e ao mesmo tempo desafiador. Mas que podemos, sim, compartilhar as responsabilidades e o cuidado envolvido no acolhimento às pessoas com deficiência, garantindo e respeitando seus direitos.

Como ilustração dessa possibilidade, o trabalho trouxe o exemplo de uma política de inclusão e acessibilidade, ainda em fase de elaboração pela UFRN, que propõe a construção e o fortalecimento de redes de apoio através de Grupos de Trabalho para Acessibilidade (GTA) para atendimento às demandas de pessoas com deficiência no âmbito superior (estudantes e servidores).

Então, conclui-se também que é de suma importância a elaboração de políticas institucionais que ampliem as condições de acesso e permanência de pessoas com deficiência nas atividades acadêmicas e/ou laborais.

Nesse sentido, discutir, refletir, aprimorar e ampliar nossos conhecimentos acerca das formas que as Instituições de Ensino Superior têm se preparado e se organizado para receber pessoas com deficiência, seja no corpo discente ou de servidores, é fundamental para que ocorra uma efetiva inclusão e acessibilidade dessa população.

Vale destacar que nesse processo de inclusão é relevante a criação e implementação de ações afirmativas e estratégias que contribuam para a formação e aprimoramento de conhecimentos dos profissionais da área da Educação, chamando aqui a atenção para o fato de que essa categoria não é composta apenas por docentes, mas por coordenadores, diretores, psicólogos, pedagogos, intérpretes, etc., e todos que precisem de uma formação continuada para prestar atendimentos de melhor qualidade às pessoas com deficiência.

Espera-se que o convite à discussão que esse trabalho fez proporcione reflexões e fazeres em prol da efetiva inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência em qualquer espaço de convívio social e de formação.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

GARCIA, Raquel Araújo Bonfim; BACARIN, Ana Paula Siltrão; LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro. Acessibilidade e permanência na educação superior: percepção de estudantes com deficiência. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, ano 2018, p. 33-40.

JÚNIOR, Claudovil Barroso de Almeida; FERNANDES, Sueli. Políticas de acessibilidade no ensino superior: desafios institucionais. **Macapá**, ano 2016, v. 6, n. 3, p. 75-83, set-dez 2016.

Minuta de elaboração da Política de Inclusão e Acessibilidade para às Pessoas com Deficiência na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2019). Disponível em: [https://ufrn.br/resources/documentos/consultapublica/minuta\\_politica\\_de\\_inclusao\\_e\\_acessibilidade\\_UFRN.pdf](https://ufrn.br/resources/documentos/consultapublica/minuta_politica_de_inclusao_e_acessibilidade_UFRN.pdf)

PLETSCH, Márcia Denise; MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de. Estrutura e funcionamento dos Núcleos de Acessibilidade e Inclusão nas Universidades Federais da Região Sudeste. **RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Macapá, ano 2016, v. 12, n. 3, p. 1610-1627, jul-set 2017.

SELAU, Bento; DAMIANI, Magda Floriana; COSTAS, Fabiane Adela Tonetto. Estudantes cegos na educação superior: o que fazer com os possíveis obstáculos?. **Acta Scientiarum. Education Maringá**, ano 2017, v. 39, n. 4, p. 431-440.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Portaria n. 203/10-R, de 15 de março de 2010. Natal, 2010b.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.